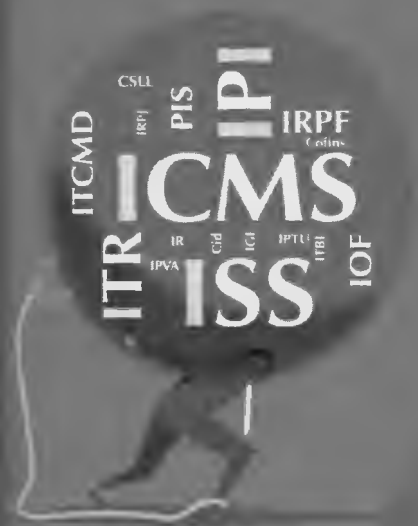


RAZÕES PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

DISTORÇÕES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO NO BRASIL

Leonel Cesarino Pessoa
Samuel Pessoa
Organizadores



SYNERGIA
E D I T O R A

Copyright © 2020 Leonel Cesarino Pessôa e Samuel Pessôa
Todos os direitos desta edição reservados à Synergia Editora

Editor Jorge Gama
Editora assistente Isabelle Assumpção
Capa Equipe Synergia
Diagramação Flávio Meneghesso
Revisão Carlos Eduardo de Abreu e Lima; Sabrina Queiroz

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
Elaborado por Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

R218

Razões para a reforma tributária : distorções da tributação sobre o consumo no Brasil / organização Leonel Cesarino Pessôa, Samuel Pessôa. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Synergia, 2020.

268 p. : il. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86214-14-7

1. Reforma tributária - Brasil. 2. Direito tributário - Brasil. 3. Política tributária - Brasil. I. Pessôa, Leonel Cesarino. II. Pessôa, Samuel.

20-66580

CDD 336.24150981

CDU 336.22:351.713(81)



Livros técnicos, científicos e profissionais

Tel.: (21) 3259-9374

www.synergiaeditora.com.br / comercial@synergiaeditora.com.br

SUMÁRIO

1 – MOTIVAÇÃO PREDOMINANTEMENTE TRIBUTÁRIA NA INSTALAÇÃO DE CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO	1
INTRODUÇÃO	1
2 CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO COMO UMA CONSTRUÇÃO LOGÍSTICA E NÃO TRIBUTÁRIA	2
3 GUERRA FISCAL E O INCENTIVO AO DESLOCAMENTO DE CENTROS DE DISTRIBUIÇÃO	4
4 CONFLITOS ECONÔMICOS E JURÍDICOS	10
5 CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15
2 – DISTORÇÕES JURÍDICO-ECONÔMICAS DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NO ICMS	17
INTRODUÇÃO AO TEMA: DISTORÇÕES JURÍDICO-ECONÔMICAS DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NO ICMS	17
2 DESCRIÇÃO FÁTICA DO PROBLEMA: SITUAÇÕES EMPRESARIAIS QUE GERAM DISTORÇÕES JURÍDICO-ECONÔMICAS DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NO ICMS	20
2.1 Deslocamentos logísticos das mercadorias (irracionais do ponto de vista econômico), e que têm o objetivo de reduzir a tributação na indústria e/ou deslocar o polo passivo da obrigação tributária para o setor comercial: operações interestaduais com Estados sem acordo de substituição tributária (sem ou com benefícios fiscais)	20
2.2 Excesso de tributação, quando a base de cálculo é maior que o preço praticado (o problema da morosidade de restituição)	24

2.3	Criação de barreira de entrada a novos concorrentes (o problema das margens genéricas de valor agregado e dos preços médios de todos os fabricantes)	26
2.4	Falta de tratamento diferenciado e favorecido para os contribuintes comerciantes do Simples Nacional (Microempresas e da Empresas de Pequeno Porte)	28
2.5	O incentivo à verticalização empresarial	32
2.6	O incentivo aos produtos importados em prejuízo dos produtos nacionais (na hipótese em que o importador revende as mercadorias diretamente aos consumidores finais).....	38
3	COMO AS DISTRORÇÕES JURÍDICO-ECONÔMICAS DO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA NO ICMS ATINGEM O MERCADO E AS EMPRESAS: CONCLUSÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
3	DISTRORÇÕES NA TRIBUTAÇÃO DE CONSUMO DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO ANTECIPADO NAS HIPÓTESES DE INOCORRÊNCIA DO FATO GERADOR PRESUMIDO	45
	APRESENTAÇÃO	45
2	BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE O ICMS ANTECIPADO E SUA RESTITUIÇÃO	46
3	OS FATOS E OS NÚMEROS	50
4	O CENÁRIO JURÍDICO ENFRENTADO PELAS EMPRESAS QUE PRETENDEM RESTITUIR OS VALORES ANTECIPADOS E AS DISTRORÇÕES DECORRENTES DA DIFICULDADE DE RESTITUIÇÃO.....	53
4.1	A constitucionalização da possibilidade de cobrança antecipada de tributo e a restituição imediata e preferencial como condição essencial para a sua instituição	53
4.2	A desqualificação da restituição do imposto antecipado pela legislação infraconstitucional	55
4.3	As autoridades fiscais passam a controlar de forma discricionária o fluxo de restituição	57
5	DISTRORÇÕES DECORRENTES DA AUSÊNCIA DE RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO ANTECIPADO	58
5.1	As distorções decorrentes da concessão de regimes especiais.....	58
5.2	As distorções decorrentes da realização de operações artificiais para evitar o acúmulo de valores de restituição.....	59
6	O AGRAVAMENTO DO PROBLEMA DA RESTITUIÇÃO PARA O ESTÁGIO ATUAL....	62
6.1	São Paulo.....	63
6.2	Outros estados	65

7	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
4	COMO OS REGIMES ESPECIAIS, OS BENEFÍCIOS FISCAIS E A SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA CONTRIBUEM PARA DISTORÇÕES JURÍDICO-ECONÔMICAS NAS OPERAÇÕES COM BENS DE CONSUMO. ANÁLISE DE CASOS	71
	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	71
2	REALOCAÇÃO GEOGRÁFICA DE ESTOQUE: TRANSFERÊNCIA INTERESTADUAL DE ESTOQUE DE MERCADORIA, MANUTENÇÃO DE COMPETITIVIDADE DE MERCADO X INEFICIÊNCIA ECONÔMICA.....	72
2.1	Implantação de centros de distribuição em outros estados para atendimento ao mercado paulista: ganho tributário x ineficiência logística	72
2.2	Espírito Santo: incentivo fiscal aos centros de distribuição.....	72
3	AQUISIÇÕES DE VINHOS IMPORTADOS POR RESTAURANTES PAULISTAS PARA REVENDA: COMO A EXCLUSÃO DO VINHO DO ICMS-ST E A RESOLUÇÃO Nº 13/2012 DO SENADO FEDERAL TÊM AFETADO O REGIME ESPECIAL DE BARES E RESTAURANTES PAULISTAS	78
4	DECRETO Nº 64.552, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019: FIM DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS.....	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	89
5	AS DIFICULDADES IMPOSTAS PELA TRIBUTAÇÃO SUBNACIONAL DO CONSUMO AO DESENVOLVIMENTO DO VAREJO OMNICHANNEL NO BRASIL.....	91
	O DESAFIO DO VAREJO OMNICHANNEL À TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO NO BRASIL	91
2	AS OPERAÇÕES OMNICHANNEL E O ICMS	93
3	VENDAS ENVOLVENDO DOIS ESTABELECIMENTOS: UMA ANTIGA CONTROVÉRSIA	100
4	DEMAIS ENTRAVES TRIBUTÁRIOS E A MITIGAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA OMNICHANNELIDADE	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115
6	O CONFLITO DE COMPETÊNCIA ENTRE ISSQN E ICMS E A INSEGURANÇA JURÍDICA AOS CONTRIBUINTES	117
	INTRODUÇÃO.....	117
2	CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA DO PROBLEMA: PREPARAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA.....	118

3	O CONFLITO DE COMPETÊNCIA E O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA	121
3.1	Competência tributária e bitributação	121
3.2	A bitributação entre o ICMS e o ISSQN	122
3.3	ICMS e os contornos da expressão “operação de circulação de mercadoria”	122
3.3.1	Operação de circulação de mercadoria e serviços	123
3.3.2	Operações	124
3.3.3	Circulação	124
3.3.4	Mercadoria	124
3.4	Prestação de serviços de construção civil e os materiais aplicáveis	125
3.5	Critérios para a solução de conflitos entre o ICMS e ISSQN	127
3.5.1	A Lei Complementar	128
3.5.2	Obrigação de dar e fazer	128
3.5.3	Atividade-meio e atividade-fim	129
3.5.4	Encomenda e personalização	130
3.5.5	Destinação do produto	130
3.6	A falta de uma posição definitiva pelo Poder Judiciário	131
4	EFICIÊNCIA ECONÔMICA E A BITRIBUTAÇÃO DO ICMS E ISSQN	133
4.1	Distorções na formação do preço em razão da bitributação de ICMS e ISSQN	133
4.2	Modelo tributário e eficiência econômica	134
5	CONCLUSÃO	135
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
7	A AUSÊNCIA DE NEUTRALIDADE NA TRIBUTAÇÃO DAS OPERAÇÕES COM SOFTWARE: REFLEXOS DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E DOS MÉTODOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA NA TRIBUTAÇÃO INDIRETA, DIRETA E NAS REMESSAS INTERNACIONAIS	137
	INTRODUÇÃO E DESCRIÇÃO FÁTICA DO PROBLEMA	138
2	O CONCEITO LEGAL DE SOFTWARE E OS MODELOS CONTRATUAIS SUBJACENTES ÀS SUAS OPERAÇÕES	140
3	DISFUNCIONALIDADE NA TRIBUTAÇÃO INDIRETA: ICMS E ISS SOBRE OPERAÇÕES COM SOFTWARE	144
4	A AUSÊNCIA DE NEUTRALIDADE FISCAL NA TRIBUTAÇÃO DIRETA DAS OPERAÇÕES COM SOFTWARE: A PROBLEMÁTICA DOS PERCENTUAIS DE PRESUNÇÃO DE LUCRO	148
5	A AUSÊNCIA DE NEUTRALIDADE FISCAL SOB A PERSPECTIVA DAS REMESSAS INTERNACIONAIS: OS MÉTODOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ACESSO AO SOFTWARE COMO NORTEADORES DA TRIBUTAÇÃO	152

6	CONCLUSÃO	161
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	164
8	– O ICMS INCIDENTE NA VISÃO DO STF E A REFORMA TRIBUTÁRIA – ARE 665.134, ACO 854-2, E TEMAS 297 E 520 DE REPERCUSSÃO GERAL	165
1	ICMS na importação – se e somente se for compra e venda	165
2	Quando uma empresa tem vários estabelecimentos em diferentes estados, ela pode escolher para quem vai pagar o ICMS na importação?	166
3	Como os casos pendentes serão julgados?	169
4	O problema tributário brasileiro decorre fundamentalmente de impostos mal desenhados pelo legislador ou de um sistema de solução de litígios ruim?	172
4.1	O problema de design normativo no ICMS.....	172
4.2	O sistema de solução de litígios tributários.....	174
5	CONCLUSÃO	176
9	– TRIBUTAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIVIL E (IN)EFICIÊNCIA: ANÁLISE DO SISTEMA BRASILEIRO	179
1	INTRODUÇÃO	179
2	EFICIÊNCIA NO MERCADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	181
3	A INEFICIÊNCIA CAUSADA PELO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	182
3.1	A tributação na fabricação de pré-moldados para a utilização na construção civil	182
3.2	Controvérsias acerca da incidência do ISS e do ICMS	183
3.3	A tributação na fabricação de pré-moldados: análise de casos concretos... ..	191
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196
10	– O CONFLITO ENTRE O ICMS E O ISSQN NA INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA – INEFICIÊNCIA ECONÔMICA PROVOCADA PELA DIVISÃO DA BASE DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO ENTRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	197
	INTRODUÇÃO.....	197
2	O CONFLITO RELATIVO À INCIDÊNCIA DO ICMS E DO ISSQN SOBRE A ATIVIDADE DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA.....	199
3	A INEFICIÊNCIA ECONÔMICA DECORRENTE DA DIVISÃO DA BASE TRIBUTÁRIA ENTRE OPERAÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	209
4	CONCLUSÕES.....	220
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	221

11 – DESEQUILÍBRIO CONCORRENCIAL TRIBUTÁRIO	223
1 INTRODUÇÃO	223
2 ENTENDENDO A TRIBUTAÇÃO DIFERENCIADA DE ICMS DO CEARÁ NAS OPERAÇÕES COM BISCOITOS E MASSAS ALIMENTÍCIAS	224
3 EFEITO CONCORRENCIAL NA APLICAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DIFERENCIADA DE ICMS DO CEARÁ NAS OPERAÇÕES COM BISCOITOS E MASSAS ALIMENTÍCIAS	230
3.1 Cálculo do ICMS (transformação da farinha de trigo + produção do derivado da farinha = total ICMS).....	231
4 AUSÊNCIA DE SOLUÇÕES JURÍDICAS PARA QUE A EMPRESA PREJUDICADA RESOLVA DIRETAMENTE O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO CONCORRENCIAL TRIBUTÁRIO	236
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	242
Acesso eletrônico	242